



Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 09 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1978

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes e José Domingos Scarpelini.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivã Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Aragão de Mattos Leão (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 75/78, que versa sobre a redução de ICM, oriundo de Mensagem Governamental.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer seja consignada em ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Pontes, ocorrido em data de ontem, na cidade de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do industrial, Senhor MIGUEL FONTANA.

Outrossim, solicita após a aprovação do mesmo, seja dado ciência à família enlutada, com endereço à Avenida República Argentina, 2964, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o Regimento Interno, requer após ouvido o Plenário, sejam colocados em regime de urgência, os Projetos de Leis acima mencionados, e abaixo especificados:

— Projeto de Lei n.º 61/78 — Fica declarada de utilidade pública a “Escola Profissional e Social do Menor de Londrina”;

— Projeto de Lei n.º 52/78 — Fica o Poder Executivo, autorizado a denominar “Professora Maria Cintra de Alcântara”, o Grupo Escolar de Tamarana, localizado no Distrito de Tamarana, Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A “Escola Profissional e Social do Menor de Londrina”, necessita com urgência que lhe seja outorgada o título de utilidade pública, para que possa firmar convênios com órgãos estaduais e federais, para um melhor atendimento àqueles alunos que não possuem condições financeiras, para frequentarem uma escola particular de ensino profissionalizante. A denominação de “Professora Maria Cintra de Alcântara” ao Grupo Escolar de Tamarana, é uma justa homenagem que estamos propondo a esta augusta Casa de Leis, com aquela que dedicou a maior parte de sua vida, em prol da educação naquela região, quando a grande metrópole, que hoje é a cidade de Londrina, nem sequer possuía estradas, e principalmente o Distrito de Tamarana que fica retirado da sede do município, aproximadamente 65 quilômetros, sendo ela uma das pioneiras não somente no ensino, mas também do desbravamento de toda aquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Doutor Haroldo da Costa Pinto, pela sua nomeação para o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada, ocorrida no dia 6 transato.

Atuando na magistratura desde o ano de 1954, o brilhantismo resultante de sua cultura jurídica se fez notável nas Comarcas de Jacarezinho, Ipiranga, Reserva, Carlópolis, Paranguá, Ibaiti, Porecatu, Nova Esperança, União da Vitória e Curitiba. O Tribunal de Alçada contará, deste modo, com importante e experiente contribuição para o cumprimento das suas elevadas atribuições judicantes.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à Presidência do Tribunal de Alçada e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela nomeação de Sua Excelência o Senhor Doutor HAROLDO DA COSTA PINTO, para Juiz junto ao Tribunal de Alçada de nosso Estado.

Tal nomeação, vem de elevar aquela egrégia Câmara do Poder Judiciário de nosso Estado, uma das personalidades que

do em alto conceito a Magistratura do Paraná.

Dentre as comarcas por que passou Sua Excelência, cumprindo com alto senso de justiça as elevadas funções de distribuidor do direito, fazendo valer as normas legais para assegurar o equilíbrio do organismo social, cumpre destacar as de Jacarezinho, Ipiranga, Reserva, Carlópolis, Paranaguá, Rolândia, Ibaiti, Porecatu, Nova Esperança e União da Vitória. Desde 1967 exercia funções em Varas de nossa Capital.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao ilustre homenageado, bem como à Presidência do egrégio Tribunal de Alçada do Estado.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminhando abaixo-assinado, contendo mais de 600 assinaturas de moradores do Distrito de Sarandi, Município de Marialva, solicitando instalação de escola estadual que atenda o ensino de 1.º Grau (da 1.ª a 8.ª série) na sede daquele distrito.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A proposição ora apresentada, encaminhando abaixo assinado de mais de 600 pais residentes no Distrito de Sarandi, Município de Marialva, solicitando a instalação de uma escola de 1.º grau naquele distrito, diz bem da aflição vivida por aquela gente que almeja ver um dia, seus filhos, conseguirem uma melhor posição na vida. O Distrito de Sarandi, conta apenas com uma escola da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que atende os alunos da 5.ª a 8.ª série do 1.º grau. O Estado mantém apenas escolas para alunos da 1.ª a 4.ª série do 1.º grau, o que vem causando sérios problemas para a comunidade, tendo em vista que a maioria da população é constituída por pessoas de baixa renda e não têm condições de pagar uma pequena taxa de contribuição para a escola Cenecista. Por isso, a urgência na instalação da escola estadual ora requerida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado pelas prerrogativas que o Regimento Interno lhe confere, requer após ouvido o Plenário, apoio para que esta Casa, envie expediente a cada autoridade competente em cada caso especial contido no pacote de reivindicações pretendidas pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, conforme xerox anexos.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

As pretensões emanadas da XXVI Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais, realizada em Ponta Grossa no mês próximo passado, sintetizam várias das necessidades que envolvem as empresas comerciais e industriais do País e especificamente do Paraná onde sua área de ação é caracterizada e necessitam evidentemente de apoio dos legisladores no sentido de serem materializadas, com sucesso.

O trabalho desenvolvido pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, bem como da Federação das Associações Comerciais do Paraná, é de todos conhecido, merecendo incondicional prestígio desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado pelas

prerrogativas que o Regimento Interno lhe confere, requer após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ex.º Sr. General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, DD. Secretário dos Negócios de Segurança do Estado do Paraná, consubstanciado em APELO para que seja determinada a instituição de uma COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, para apurar possíveis arbitrariedades que estariam sendo cometidas por policial encarregado do Destacamento Policial de Santa Helena, o Cabo FRANCISCO INÁCIO RODRIGUES.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Se confirmadas as denúncias que recebemos de pessoas residentes no Distrito de São José, no Município de Santa Helena, aquela população está vivendo uma situação de verdadeiro pânico, em razão de arbitrariedades supostamente praticadas por um elemento que usa as credenciais de policial e ainda se intitula Comandante do Destacamento Policial da cidade, aproveitando-se das prerrogativas que o cargo lhe proporciona.

Se confirmadas, repetimos, as denúncias, caracteriza não só o desmando, como também o esbulho, a extorsão, a agiotagem, o crime, enfim.

Como Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa, é do nosso dever ouvir as reclamações populares e pleitear junto às autoridades constituídas, a solução de problemas que se afiguram graves como esse; e nesse sentido, estamos nesta oportunidade, nos dirigindo a S. Ex.ª, o Senhor Secretário de Segurança, General Alcindo Pereira Gonçalves, para dar conhecimento das ocorrências, que se verdadeiras, merecem e exigem providências enérgicas, para que a população de São José, em Santa Helena, volte a viver dias pacatos como aqueles que precederam à chegada do aludido Cabo Francisco Inácio Rodrigues, da Polícia Militar do Estado do Paraná, uma corporação de tão gloriosas tradições e não menos expressivos serviços prestados ao povo do nosso Estado, credora dos melhores encômios, cuja imagem está com isso, sendo denegrida. Cabe aqui, portanto, um apelo também ao Ex.º Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Virmond, para que não permita, que um simples Cabo, não menosprezando àqueles que também desfrutam da honra de servir no mesmo posto, venha empanar o brilho com que a classe militar do Paraná tem revestido suas atuações.

Aos fatos, Senhor Secretário:

Conforme declarações de moradores da localidade de São José, Distrito de Santa Helena, há quatro anos, a cidade recebia a indicação do Cabo da Polícia Militar, Francisco Inácio Rodrigues, para assumir as funções de, respeitando suas próprias palavras, Comandante do Destacamento Policial de Santa Helena. Até aí, apenas um ato e um fato de rotina.

Ocorre, porém, que sua atuação vem apavorando toda a população, que se encontra amedrontada e incapaz de reação, por temer as represálias que constantemente são aplicadas pelo Cabo Chico, como é mais conhecido no local e nas redondezas.

O DESMANDO:

Há tempos, a cidade se viu envolvida por atuação de uma quadrilha que praticava as maiores barbaridades, tomando da população, dinheiro, relógios, armas, enfim, despojando as pessoas de seus pertences, sem que o responsável pela segurança assumisse uma posição de defesa, constando, por paradoxal que pareça, que nestas oportunidades, o Cabo Chico, não permanecia na cidade, sendo visto mais tarde em sua residência, acompanhado dos integrantes da quadrilha, sem que se soubesse para que. Não raras vezes, instado para as providências cabíveis, respondia que não sabia e não havia visto nada.

Em uma oportunidade, e isso pode ser comprovado, se de fato ocorreu, foi enviado mais um policial para trabalhar junto ao Cabo Chico, mas, não permaneceu muito tempo no Destacamento, apenas porque queria agir certo, tendo inclusive prendi-

do alguns dos elementos da citada quadrilha, ato que sofreu interferência imediata do referido policial e foi recolhido à sua origem.

Para completar o quadro dos desmandos, a permanência do Cabo Chico em Santa Helena, é defendida, segundo afirmações de populares, pelo ex-Prefeito Antônio Muniz, que por sinal, não mais reside lá, mas, exerce altas influências.

O ESBULHO:

Não são poucos os proprietários de veículos que tem sido esbulhados nos seus direitos e nas suas possibilidades pecuniárias, quando o Cabo Chico, lança-lhes muitas vultosas e descaídas, não fornecendo recibos do pagamento. Para onde vai o dinheiro? A população quer saber e nós também.

A EXTORSÃO:

O espírito criativo do Cabo Chico, permitiu-lhe criar um serviço de gravações, com o qual passa a maior parte do tempo promovendo desordens, incentivando arruaças, protegendo a ação de bares clandestinos, somada às atividades do baixo merteício, em pleno meio social da cidade.

A AGIOTAGEM:

Também não poucos os cidadãos que por circunstâncias normais da vida brasileira, se vêm na contingência de incapacidade financeira para saldar suas dívidas ou compromissos, passando involuntariamente à condição de vítimas diretas do Cabo Chico, quando este, usando de atribuições que seriam elogiáveis, se aplicadas na defesa da sociedade, pressiona o devedor ao ponto deste ceder às suas pretensões, quais sejam, a do Cabo Chico assumir o compromisso pela metade do valor e no segundo vencimento, caso ocorra inadimplência, a vítima é ameaçada até de morte e não raras vezes são despojadas de bens suficientes para cobrir os juros e correção monetária. Intimidando a população, o Cabo Chico vem realizando seus intentos inconfessáveis, sem que ninguém até agora tome providências capazes de tolher seus movimentos e serenar os ânimos da gente trabalhadora e honesta da localidade, que há quatro anos não conhece sossego, e perdeu contato com a tranquilidade.

O CRIME:

O paranaense de Santa Helena, como de resto de todo o Estado, é pacífico e merece o nosso respeito e admiração, daí porque, estarmos desta tribuna, a defender os injustiçados, os indefesos, os velhos, as crianças, a mulher, enfim, o ser humano, o nosso irmão, com o qual vivemos e de quem tanto dependemos.

A assertiva, sempre serve como maneira de se atingir a sensibilidade de quem de direito, para que não se procrastine as determinantes essenciais com o objetivo de se construir uma sociedade digna, desfrutante de uma vida melhor. Todos queremos isso, e por essa razão estamos alertando as autoridades competentes para que se institua uma Comissão de Sindicância, a qual apurará se reais e verdadeiros os fatos aqui enumerados, pondo fim a uma situação angustiante e insustentável.

O que se considera nesta oportunidade como crime, é o abuso de autoridade, que nos parece, uma virtude condenável do Cabo Chico.

O episódio por si só diz profundidade da preocupação: um rapaz de maior idade foi detido pelo policial sob alegação de desordem o que em nada deslustra a atitude do responsável pela segurança local; porém, por volta das duas horas da madrugada do mesmo dia, o Cabo Chico mandou buscar o progenitor do detido, cidadão honesto e que exerce a profissão de ferreiro e tem residência fixa, portanto, endereço certo, espancando-o injustificavelmente até produzir-lhe marcas.

Diante de fatos desta natureza, era óbvio que os familiares interferissem para que cessassem arbitrariedades já insuportáveis. A filha do ancião, de treze anos de idade, implorou ao Cabo Chico e teve como resposta a agressão física, em público, o que é irrelevante.

São satisfeito com o que já praticara, o policial mandou prender também a esposa do ferreiro.

Um incidente que parecia corriqueiro sob todos os seus aspectos, transformou-se numa lamentável cena de arbítrio e desrespeito aos direitos do cidadão e de sua família, própria apenas, das eras medievais, quando eram poucos os senhores absolutos.

É inaceitável que hodiernamente ocorram fatos deploráveis nas hostes de uma Secretaria, que é especificamente encarregada da segurança da população, que cremos, a bem da verdade, sob o inteiro desconhecimento de seus titulares.

A população do Distrito de São José, no Município de Santa Helena, está apelando desesperadamente para que seus direitos e sua segurança lhes sejam restituídos e restabelecida a tranquilidade há quatro anos conturbada.

PROJETO DE LEI: PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 83/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de: Vila Diniz, São Domingos, Crumaltina e Altamira, com as seguintes divisas:

I — DISTRITO DE VILA DINIZ:

Ao NORTE: confronta com o Município de Borazópolis, divisando pelo córrego Lageadão (água acima) medindo em linha reta da Barra do Rio Ivaí até a linha dos lotes n.º 104 — n.º 102 igual a 9.400,00 m. A numeração dos lotes são: n.ºs 524, 525, 552, 529, 539, 538, 537, 533, 534, 535.

Ao NORDESTE: confronta com o Distrito de São Domingos e Primavera, e com os lotes de n.ºs 102, 99, 100, 101, 593, do lado da Vila Diniz com os lotes n.ºs 104, 535, 594, divisando por três linhas retas com as distâncias de 1.900,00 m, 1.500,00 m e 2.000,00 m, daí confronta com o lote n.º 593 do Distrito de São Domingos e Primavera, com o lote n.º 596 do lote do Distrito de Vila Diniz divisando pelo Rio Azul medindo em linha reta 0,990 m daí confronta com os lotes n.ºs 860, 14, 13, 12 e 10, pertencentes ao Distrito de São Domingos e Primavera. Do lado do Distrito de Vila Diniz confronta com os lotes n.ºs 596, 598, 608 e 11, divisando por 6 linhas retas com as distâncias seguintes: 400,00 m; 2.150,00 m; 1.400,00 m; 4.600,00 m; 650,00 m e 300,00 m. Assim chegamos ao Rio do Peixe. — Ao SUL: confronta com o Município de Grandes Rios, divisando pelo Rio do Peixe, medindo em linha reta até a Barra do Rio Ivaí, medindo 8.550,00 m. — Ao SUDOESTE: confronta com o Município de Jardim Alegre, divisando pelo Rio Ivaí, medindo em linha reta até a Barra do Córrego Lageadão, ponto PP — 9.750,00 m.

Assim fechou o polígono deste Perímetro do Distrito da Vila Diniz com uma distância de 43.400,00 m.

II — DISTRITO DE SÃO DOMINGOS:

Ao SUDOESTE: Inicia-se em um marco de cerne PP cravado no ponto comum do lote n.º 102 e n.º 104, às margens do córrego Lageadão (lado esquerdo); daí confronta com o Distrito de Vila Diniz com os lotes n.ºs 104, 535, 594, 598, 608 e 11, do lado do Distrito de São Domingos, com os lotes n.ºs 102, 99, 100, 101, 593, 860, 14, 13, 12 e 10, divisando: 1) por três linhas retas com as distâncias de 1.900,00 m, 1.500,00 m e 2.000,00; 2) pelo Rio Azul, medindo em linha reta 900,00 m; 3) daí por 6 linhas retas com as distâncias mais ou menos 400,00, 2.150,00 m, 1.300,00 m, 4.600,00 m, 650,00 m e 300,00 m.

A distância total da divisa com a Vila Diniz é 15.700,00m.

Daí confronta com o Município de Grandes Rios, divisando pelo Rio do Peixe (água acima) até o marco de cerne cravado na divisa dos lotes n.ºs 644 e 645, no ponto comum do rio do Peixe medindo em linha reta 6.500,00 m.

Os lotes do Distrito encostado com o Rio do Peixe são n.ºs 10, 9, 115, 116, 851, 645 e 646.

Ao SUDESTE: daí confronta com o Município de Faxinal, divisando por duas linhas retas com as distâncias 4.500,00m e 1.700,00 m, divisando pelo Rio São Pedro, medindo em linha reta 1.115,00 m, com os lotes do Distrito n.ºs 644, 643, 640, 638, 636, 635, 633 e 632.

Ao NORDESTE: Daí confronta com o Distrito de Crusmaltina, divisando, por 8 linhas retas, com as distâncias de 2.100,00 m; 2.700,00 m; 800,00 m; 1.700,00 m; 900,00 m; 1.950,00 m; 1.000,00 m e 500 m. Os lotes do Distrito de São Domingos são n.ºs 632, 874, 6, 873, 1 e 95; e os lotes do Distrito de Crusmaltina são: n.ºs 795, 830, 872, 93, 94 e 197.

Daí divisando pelo Rio Azul (água abaixo) medindo em linha reta 900,00 m; daí divisando por três linhas retas com as distâncias de 600,00 m, 800,00 e 1.100,00 m; daí divisando pelo Rio Chupador (água acima), medindo em linha reta 1.800,00 m; daí divisando por 8 linhas retas com as distâncias: 850,00 m, 300,00 m, 850,00 m, 300,00 m, 1.000,00 m, 200,00 m, 1.150,00 m e 850,00 m, confrontando com os lotes do Distrito de São Domingos n.ºs 96, 98, 277, 278, 289 e 290, com o Distrito de Crusmaltina, com os lotes n.ºs 195, 194, 279, 280 e 288.

Ao NOROESTE: confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lageadão (água abaixo), medindo em linha reta até o marco PP, 5.100,00 m.

Ao lado do Distrito, a Numeração dos lotes são: n.ºs 290, 266, 268, 269, 270 e 102.

Assim fechou a poligonal deste Distrito, com 56.100,00m.

III – CRUSMALTINA:

Ao SUDOESTE: inicia-se em um marco de cerne PP, cravado no ponto comum com o lote n.º 632, do Distrito de São Domingos e Primavera, com o lote n.º 795, do Distrito de Crusmaltina e com o Rio São Pedro, daí confronta com o Distrito de São Domingos e Primavera com os lotes n.ºs 632, 874, 6, 873, 1, 95, 96, 98, 277, 278, 289 e 290.

Os lotes do Distrito de Crusmaltina n.ºs 795, 830, 872, 93, 94, 197, 195, 279, 280 e 288, divisando por 8 linhas retas com as distâncias de 2.100,00 m, 2.700,00 m, 800,00 m, 1.700,00 m, 900,00 m, 1.950,00 m, 1.000,00 m e 500,00 m.

Divisando pelo Rio Azul (água abaixo), medindo em linha reta 900,00 m.

Divisando por 3 linhas retas com as distâncias: 600,00 m, 800,00 m e 1.100,00 m.

Divisando pelo Rio Chupador (água acima) medindo em linha reta 1.800,00 m.

Divisando por mais 8 linhas retas com as distâncias de 850,00 m, 300,00 m, 850,00 m, 300,00 m, 1.000,00 m, 200,00 m, 1.150,00 m e 850,00 m.

Ao NOROESTE: confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo córrego Lageadão (água acima) até a cabeceira medindo em linha reta 3.700,00 m, liga diretamente com a divisa antiga, medindo em linha reta 550,00 m, até encontrar-se com o correjozinho Guararema, daí por uma linha reta até a Barra do Ribeirão Três Barras com o Rio das Antas, com uma distância de 4.050,00 m, e daí divisando pelo Rio das Antas com uma distância de 900,00 m. A numeração dos lotes são: n.ºs 288, 287, 286, 294, 296, 295, 297 e 122.

Ao NORDESTE: confronta com o Distrito de Altamira, com os lotes n.ºs 121, 119, 693, 827, 889, 819 e 817, do Distrito de Crusmaltina com a lotação n.ºs 122, 123, 305, 303, 222, 221, divisando por 3 linhas retas com as distâncias do Rio das Antas até o lote n.º 817 igual a 2.750,00 m, 150,00 m e 5.150,00 m.

Confronta com o Município e Comarca de Faxinal, com os lotes do Distrito de Crusmaltina n.ºs: 221, 220, 219, 865, 48, 49, 74, 72, 36, 717, 718, 720, 721, 842 e 761, divisando por 17 linhas com as distâncias de 1.500,00 m, 700,00 m, 1.050,00 m, 630,00 m, 300,00 m, 1.450,00 m, 650,00 m, 600,00 m, 1.000,00 m, 1.350,00 m, 900,00 m, 750,00 m,

300,00 m, 1.450,00 m, 1.500,00 m, 750,00 m e 1.000,00 m.

Ao SUDESTE: confronta com o Município e Comarca de Faxinal com a Lotação de Distrito Crusmaltina n.ºs 761, 762, 763 e 795, divisando pelo Rio São Pedro até o ponto PP, medindo em linha reta 3.900,00 m.

Assim fechou a poligonal deste perímetro, com uma distância de 59.380,00 m.

IV – DISTRITO DE ALTAMIRA:

Ao SUDOESTE: confronta com o Distrito de Crusmaltina com os lotes n.ºs 221, 222, 303, 305, 123 e 122, com o Distrito de Altamira com os lotes n.ºs 817, 819, 889, 827, 693, 119, 129, divisando por três linhas retas com as distâncias de 5.150,00 m, 150,00 m e 2.750,00 m.

Ao NORTE: confronta com o Município de Borrazópolis, com os lotes do Distrito de Altamira com a numeração n.ºs 121, 120 e 117; divisando pelo rio das Antas até a Barra do Rio Piáimir, medindo em linha reta 4.100,00 m; daí confronta com o Município e Comarca de Marilândia do Sul até o ponto comum com os lotes n.ºs 587 e 188, com o Rio das Antas, com os lotes do Distrito de Altamira n.ºs 117, 118, 155, 150, 153, 189, 822 e 587, divisando com o Rio das Antas com uma distância de 5.750,00 m.

Ao NOROESTE: daí confronta com o Município e Comarca de Marilândia do Sul, no lado do Distrito de Altamira com os lotes n.ºs 188, 187, 183, 182, 353, 352, 355, 356, 357 e 487; divisando pelo Rio das Antas, medindo em linha reta igual a 6.700,00 m.

Ao SUDESTE: daí confronta com o Município e Comarca de Faxinal, com os lotes do Distrito de Altamira n.ºs 487, 489, 592, 591, 859, 615, 810, 820 e 817; divisando por três linhas retas com as distâncias de 1.250,00 m, 950,00 m e 600,00 m, daí por um correjozinho divisando por uma linha reta de 250,00 m e novamente por 5 linhas retas de 2.400,00 m, 450,00 m, 1.650,00 m, 600,00 m, 1.400,00 m; daí pelo Rio Três Barras, com as distâncias de 150,00 m e 350,00 m; daí por 6 linhas retas com as distâncias de 650,00 m, 450,00 m, 850,00 m, 2.000,00 m e 1.950,00 m onde encontram-se com o marco de partida PP.

Assim fechou a poligonal deste Distrito de Altamira, com uma distância de 40.550,00 m.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1978.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

O Município de Faxinal, localizado na região do Vale do Ivaí, é um dos municípios que vem se destacando através do expressivo desenvolvimento no setor agrícola, econômico e social de nosso Estado.

Face a esse desenvolvimento, a sua estrutura administrativa está a exigir também certas modificações, a fim de que possa o município atender com melhores condições as necessidades que tal progresso vem ocasionando.

Neste sentido, o Poder Legislativo Municipal de Faxinal, aprovou a Lei Municipal, autorizando o Executivo Municipal a representar junto a esta Assembléia Legislativa para a criação através da Lei Estadual, dos Distritos de VILA DINIZ, SÃO DOMINGOS, CRUSMALTINA e ALTAMIRA, que ora estamos propondo a esta Casa.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Está finda a leitura do expediente e não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria o Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59/77, que inclui no Plano Rodoviário Estadual para pavimentação asfáltica a estrada Palmeira-São João do Triunfo-São Mateus do Sul. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 59/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Rodoviário do Estado, para a execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Palmeira-São João do Triunfo-São Mateus do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 135/77, que dá nova redação conforme específica, ao artigo 171, da Lei n.º 6174, de 16/11/70. (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado). — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 135/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171 — Ao funcionário que completar 25 anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 anos de serviço se do sexo masculino, será acrescido aos seus vencimentos 5% (cinco por cento), por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único — O benefício do presente artigo, terá vigência a partir da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, nos termos do artigo 75, item I, alínea “a”, da Constituição do Estado do Paraná, reajustando-se os proventos da funcionária já aposentada”.

Art. 2.º — Os atuais funcionários que contem com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, por ocasião da aposentadoria, terão direito a incorporar a gratificação por serviços extraordinários, se os prestarem em, pelo menos 18 (dezoito) meses consecutivos.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 08/78, que doa ao Município de Medianeira, lotes rurais que especifica, para construção do Aeroporto local. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 08/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam doados ao Município de Medianeira, Estado do Paraná, partes dos lotes rurais n.ºs 75, 76, 77, 78, 79 e 80, com as áreas de 18.000 m², 19.000 m², 19.500 m²,

22.000 m², 34.010 m² e 8.690 m², respectivamente: PARTE DO LOTE RURAL n.º 76, com a área de 8.930 m², PARTE DO LOTE RURAL n.º 78, com a área de 10.880 m², e PARTE DO LOTE RURAL n.º 77, com a área de 11.040 m², perfazendo um total de 151.950 m², ou sejam, 15.195 hectares, situados no quarto polígono, neste município, sem benfeitorias, tendo as seguintes confrontações: partes dos lotes n.ºs 75, 76, 77, 78, 79 e 80 confrontam: ao Norte, com a Estrada Estadual Medianeira-Barracão; ao Sul, com partes restantes dos lotes rurais n.ºs 75, 76, 77, 78, 79 e 80; a Leste, com a Estrada Estadual Medianeira-Barracão, e parte restante do lote rural n.º 75 e a Oeste com partes restantes dos lotes n.ºs 75, 76, 77, 78, 79 e 80; parte do lote rural n.º 76, confronta: ao Norte com a área do campo de aviação; e o lote rural n.º 77, ao Sul com o lote rural n.º 73 e parte restante do lote 76; a Leste com a área do campo de aviação e o lote rural n.º 75 e a Oeste, com parte restante do lote rural n.º 76 e o lote rural n.º 77; parte do lote rural n.º 76 confronta: ao Norte com a área do campo de aviação; ao Sul com o lote rural n.º 77 e parte restante do 78; a Leste com a área do campo de aviação e o lote rural n.º 77 e a Oeste com parte restante do lote n.º 78 e a área do campo de aviação. Parte do lote rural n.º 77 confronta: ao Norte com a área do campo de aviação e o lote rural n.º 78; ao Sul com o lote rural n.º 76 e parte restante do 77; a Leste com a área do campo de aviação e o lote rural n.º 76 e a Oeste com parte restante do lote n.º 77 e o lote rural n.º 78; devidamente transcritos no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, às fls. 57, do livro n.º 3-N, sob n.ºs 14.829, 14.832, 14.833 e 14.831, respectivamente, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 05/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 61/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Catanduvas, objetivando reparos no prédio da Unidade Sanitária daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 05/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 03 de novembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Catanduvas, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 06/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 62/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova Aurora, objetivando reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 06/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 25 de outubro de 1977, entre o Governo do Estado do Para-

na, através da Secretaria da Administração, e o Município de Nova Aurora, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 16/78, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 86/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR e o Município de Guapirama, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 16/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado termo de convênio celebrado em 09 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Guapirama, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 17/78, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 87/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Planejamento e interveniência da Secretaria de Finanças e FAMEPAR e o Município de Jaboti, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 17/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 09 de dezembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Jaboti, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 18/78, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 88/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR e o Município de Japira, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 18/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 09 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Japira, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 23/78, Mensagem n.º 20/78, ex-Proposição n.º 105/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Inajá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 23/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Inajá objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Fontana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 52/78 e 61/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 75/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela nomeação do Dr. Haroldo da Costa Pinto, para juiz junto ao Tribunal de Alçada do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Haroldo da Costa Pinto, pela sua nomeação de Juiz do Tribunal de Alçada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, reivindicando a instalação de Escola Estadual, que atenda o ensino de 1.º grau, na sede do Distrito de Sarandi. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja instituída uma Comissão de Sindicância, a fim de apurar possíveis arbitrariedades que estariam sendo cometidas por policial encarregado do destacamento de polícia de Santa Helena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, com o apoio do Sr. Deputado Antônio Facci, cons-

tante do expediente, solicitando o envio de expediente a cada autoridade competente, em cada caso especial, contido no pacote de reivindicações pretendidas pela Associação Comercial e Industrial de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre se já determinou à Pasta competente estudo visando a redação de projeto de lei estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Pediria a V. Ex.^a que procedesse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência vai sobrestar a votação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, para votar um requerimento que independe de “quorum”.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar

pelo falecimento da Senhora Rosa Pontes, ocorrido na cidade de Clevelândia. — **Aprovado.**

A Presidência atendendo a Questão de Ordem do Sr. Deputado Gabriel Manoel, vai submeter ao Plenário, de forma inversa, para deliberação, o requerimento contendo pedido de informações do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam queiram levantar-se. — (Pausa).

6 Srs. Deputados aprovam, 6 rejeitam. Não há “quorum” para deliberação, nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 21, 141, 169 e 171/77 e 27, 33 e 37/78.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 72, 86 e 162/77.

Levanta-se a sessão.